



Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 318.526-0

Agravante: Jonas Amaro da Silva

Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Ementa: processual civil – recurso de agravo – ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente – ação revisional do contrato ajuizada anteriormente em comarca diversa – inexistência de conexão no caso concreto – desnecessidade de reunião dos processos – recurso de agravo improvido.

I. Agravo de instrumento interposto contra decisão do Juízo da 21ª Vara Cível da Capital, o qual, em sede de ação de busca e apreensão de veículo alienado fiduciariamente, ajuizada pela instituição financeira, rejeitou a tese do réu/agravante de que a existência de ação revisional previamente ajuizada por este na Comarca do Brejo da Madre de Deus atrairia a competência para o julgamento de ambas as ações.

II. É firme o entendimento do STJ de que “A discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações”. Precedentes: AgRg no AREsp 41.319/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 11/10/2013; REsp 1.093.501/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe de 15/12/2008.

III. Ainda que fosse reconhecida a conexão entre os feitos, não seria indispensável a reunião dos processos. Isto porque ambos se encontram em fases distintas de instrução. A ação ajuizada na Vara Única do Brejo da Madre de Deus encontra-se concluída para despacho inicial desde 12/09/2012, conforme pesquisa no sítio eletrônico do TJPE, enquanto a ação de busca e apreensão já passou por diversas movimentações processuais, sendo até mesmo deferida a liminar requerida pela parte autora.

IV. A rigor, registre-se não ter havido a citação dos réus em ambas as ações, pelo que se verifica em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal. Entretanto, houve tentativas de citação do cliente na ação de busca e apreensão, certamente frustradas pelo fato de o endereço por ele fornecido para a formalização do contrato de financiamento e portanto declinado pelo Banco autor na inicial ser o do escritório de advocacia que o patrocina, e não seu endereço no Brejo da Madre de Deus (fls. 02, 31 e 40).

V. À consideração do fornecimento equivocado do endereço pelo agravante e tendo em vista sua ciência dos autos da ação de busca e apreensão, feriria a boa-fé processual a reunião dos processos na comarca do Brejo da Madre de Deus, principalmente considerando-se o fato de que a ação ajuizada naquela Comarca está há mais de um ano e seis meses sem ao menos um despacho inicial.

VI. Recurso de Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 318.526-0 em que figura partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 27/11/14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 318.526-0

Agravante: Jonas Amaro da Silva

Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Jonas Amaro da Silva interpõe recurso de agravo (fls. 121/140) contra decisão terminativa proferida nos autos do agravo de instrumento n. 318.526-0.

O aludido recurso instrumental foi interposto contra decisão do Juízo da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital que, em ação de busca e apreensão de veículo alienado fiduciariamente, manejada pela Aymoré contra Jonas Amaro, entendeu não haver conexão entre a demanda e ação revisional proposta por Jonas Amaro contra a Aymoré.

A decisão terminativa recorrida (fls. 117/118) negou seguimento ao agravo de instrumento, por manifesta improcedência, por entender não haver conexão entre a ação de busca e apreensão e a revisional, bem como, ainda que fosse reconhecida eventual conexão, não possuir ação revisional, ainda pendente de citação, o condão de modificar a competência para o julgamento da presente ação de busca e apreensão.

Nas razões deste recurso de agravo, Jonas defende caber ao Juízo da Vara Única da Comarca do Brejo da Madre de Deus, onde fora proposta a ação revisional, processar e julgar ambos os feitos.

Alega, ainda, haver equívoco no entendimento esposado na decisão terminativa, referente ao reconhecimento do ingresso espontâneo do agravante/embargante, na ação de busca e apreensão. Isto é, defende o ora agravante não ter ingressado espontaneamente na lide, de modo que apenas atravessara petição, por intermédio de advogado sem poderes para receber citação, alegando a ocorrência de prevenção do Juízo do Brejo da Madre de Deus ante o ajuizamento pretérito da ação revisional.

Requer, ao final, seja o presente recurso conduzido à Câmara, a fim de dar-lhe seguimento e, também, provimento ao agravo interposto, reconhecendo-se a competência do Juízo da Vara Única do Brejo da Madre de Deus para processar e julgar a ação de busca e apreensão.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 07/5/14

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJJE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 318.526-0

Agravante: Jonas Amaro da Silva

Agravado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, vislumbro terem sido os fundamentos do presente recurso suficientemente enfrentados na decisão terminativa recorrida. Logo, não merece prosperar o recurso de agravo.

Eis o teor da decisão terminativa desta Relatoria:

" [...]

Não assiste razão a Jonas da Silva.

Isto porque, a despeito de afirmar ser pacífico o entendimento de que há conexão entre ação revisional de contrato de empréstimo e ação de busca e apreensão de veículo adquirido através deste contrato, o Superior Tribunal de Justiça já consolidou, de há muito, o entendimento em sentido contrário ao afirmado.

Isto é, resta assente naquela Corte a compreensão de que não há conexão entre as ações revisionais e as de busca e apreensão lastreadas nos contratos objeto do pedido de revisão judicial, conforme se observa dos seguintes arestos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APONTADA OMISSÃO NA DECISÃO AGRAVADA. FALTA DE ADEQUAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 131 e 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E REVISIONAL DE CONTRATO. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. CONFIGURAÇÃO DA MORA. ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO PROTESTO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. É entendimento assente na jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte Superior o de que "A discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações" (REsp

1.093.501/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25/11/2008, DJe de 15/12/2008).

2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 41.319/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 11/10/2013) (original sem destaques)

E mais:

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. MEDIDA LIMINAR. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. DECRETO-LEI N. 911/69.

1. A concessão de medida liminar em ação de busca e apreensão decorrente do inadimplemento de contrato com garantia de alienação fiduciária está condicionada tão-só à mora do devedor, que deverá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor (art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69).

2. A discussão das cláusulas contratuais na ação revisional não acarreta o sobrestamento da ação de busca e apreensão, porquanto não há conexão entre as ações e nem prejudicialidade externa.

3. Recurso especial provido.

(Resp 1093695/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008) (original sem destaques)

E ainda:

CIVIL. REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E REVISIONAL. CONEXÃO. INEXISTÊNCIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1 - Não há conexão entre as ações de busca e apreensão e a revisional do contrato de alienação fiduciária, mas simples prejudicialidade externa. Precedente.

2 - Esta Corte tem entendimento assente no sentido de que, com a edição da Lei 4.595/64, não se aplicam aos juros remuneratórios as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, em 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ut súmula 596/STF, sendo desnecessária a comprovação de prévia autorização do Conselho Monetário Nacional, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Precedentes.

3 - Agravo regimental desprovido.

140

(AgRg no Ag 452.281/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 18/08/2008) (original sem destaques)

Ainda que fosse a hipótese de conexão entre as presentes ações, não restaria preventa a Vara Única do Brejo da Madre de Deus para o julgamento dos feitos, isto porque, conforme apontado pelo Juízo da 21ª Vara Cível da Capital na decisão ora agravada, na ação revisional o magistrado *a quo* nem sequer determinou a citação do Banco réu, situação que permanece inalterada, até o presente momento, conforme consulta ao sítio eletrônico do TJPE (a última movimentação processual apresentada é a conclusão para despacho inicial, em 12/09/2013).

Por sua vez, na presente ação de busca e apreensão não só já foi expedido mandado de citação, como também ocorreu o ingresso espontâneo do réu/agravante na lide, perfectibilizando-se, assim, a triangulação processual.

Ante o exposto, por tais razões, entendo não merecer subsistir a pretensão do agravante de ver reconhecida a conexão entre as ações de revisão contratual e de busca e apreensão, com a consequente remessa desta última à Vara Única da Comarca do Brejo da Madre de Deus.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente recurso, com base no art. 557, *caput*, do CPC, por ser manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência dominante do STJ.

Publique-se.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator " (original sem destaques)

Conforme se verifica, o entendimento esposado na decisão agravada é o de que não se afiguraria necessária a reunião da ação de revisão de cláusulas contratuais e a ação de busca e apreensão, ante a existência de fatos precedentes do STJ nesse sentido.

Ademais, ainda que fosse reconhecida a conexão entre os feitos, entendo não fosse curial a reunião dos processos. Isto porque ambos se encontram em fases distintas de instrução. A ação ajuizada na Vara Única do Brejo da Madre de Deus encontra-se conclusa para despacho inicial desde 12/09/2012, conforme pesquisa no sítio eletrônico do TJPE, enquanto a ação de busca e

apreensão já passou por diversas movimentações processuais, tendo sido até mesmo deferida a liminar requerida pela parte autora.

Um dos argumentos aduzidos pelo ora agravante é o de que não teria havido ingresso voluntário deste na demanda ajuizada na capital, mas apenas apresentação de petição aduzindo a prevenção do Juízo do Brejo da Madre de Deus, de modo que, em não tendo ocorrido a citação em ambos os processos, deveria ser reconhecida a prevenção da comarca em que ajuizada a primeira ação.

A rigor, registro não ter havido citação do agravante na ação de busca e apreensão, pelo que se verifica em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal. Entretanto, houve tentativas de citação deste, certamente frustradas pelo fato de o endereço por ele fornecido para a formalização do contrato de financiamento e portanto declinado pelo Banco autor na inicial ser o do escritório de advocacia que o patrocina, e não seu endereço no Brejo da Madre de Deus (fls. 02, 31 e 40).


Desse modo, à consideração do fornecimento equivocado do endereço pelo agravante e tendo em vista sua ciência dos autos da ação de busca e apreensão, entendo ferir a boa-fé processual a reunião dos processos na comarca do Brejo da Madre de Deus, principalmente considerando-se o fato de que a ação lá ajuizada está há mais de um ano e seis meses sem ao menos um despacho inicial.

Assim, ainda que se reconhecesse a existência de conexão entre os feitos, o que, reitero, não é o caso, não caberia falar em reunião dos processos.

Desse modo, não havendo razão a ensejar a modificação do julgado, deve ser mantida a decisão.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, mantendo a decisão monocrática recorrida.

É o voto.

Recife, 

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator